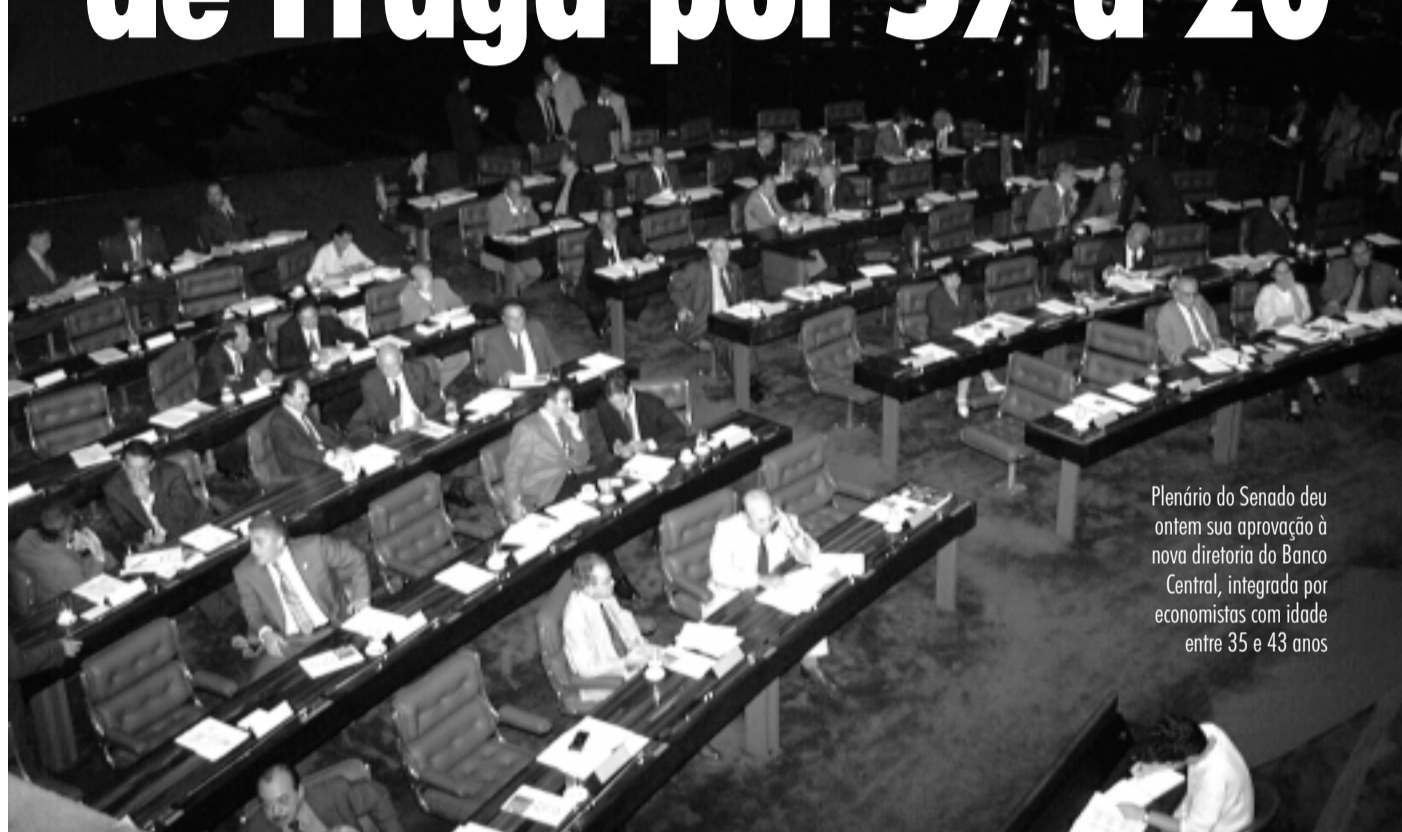


Plenário aprova nome de Fraga por 57 a 20



Plenário do Senado deu ontem sua aprovação à nova diretoria do Banco Central, integrada por economistas com idade entre 35 e 43 anos

Escolha da nova diretoria do Banco Central, integrada por seis economistas, foi decidida após duas horas de debates e doze discursos dos senadores

Cinco dias após ter seu nome aprovado em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, o economista Armínio Fraga recebeu ontem 57 votos a favor e 20 contra a sua indicação, pelo presidente da República, para ocupar a presidência do Banco Central. Na mesma sessão do Senado, os outros cinco diretores também foram aprovados. Durante as discussões, que duraram duas horas, doze senadores se revezaram na tribuna. Os governistas defenderam a indicação para combater a crise financeira, e a oposição voltou a criticar as ligações de Fraga com o investidor George Soros.

PÁGINAS 3 A 5

Grupo de deputados federais da bancada evangélica levou apoio ao senador Antonio Carlos

EMENDA CONSTITUCIONAL

Ação trabalhista rural passa a ter prazo de 5 anos

Foi aprovada em segundo turno pelo plenário do Senado emenda constitucional de autoria do senador Osmar Dias que dá às ações trabalhistas rurais o mesmo prazo de prescrição das urbanas (cinco anos). A proposta agora vai à CCJ, para redação final.

PÁGINA 5



ACM quer fim da Justiça do Trabalho

Depois de lembrar que ela só existe no Brasil, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a extinção de toda a Justiça do Trabalho, inclusive do TST, por

considerá-la "anacrônica". Em plenário, os senadores Luiz Estevão, Maguito Vilela e Edison Lobão repudiaram os ataques ao presidente do Senado feitos pelo ministro do TST Al-

mir Pazzianotto, na terça-feira. De manhã, Antonio Carlos recebeu a solidariedade de deputados federais integrantes da bancada evangélica.

PÁGINA 7

Bornhausen sugere pacto com encontro de contas

PÁGINA 2

Jorge Bornhausen propõe encontro de contas

A formulação de um novo pacto federativo, na opinião do senador, deveria ter início por meio de um “grande acerto geral de ativos e passivos” entre a União, os estados e os municípios, a ser realizado em até 120 dias

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) propôs ontem um novo pacto federativo para o Brasil, a partir de um encontro geral de contas entre União, estados e municípios. Ele também defendeu a urgente privatização das estatais ainda restantes e a complementação da reforma previdenciária, a ser montada de forma que possa lastrear a capitalização dos aposentados de hoje e do futuro.

Prometendo entrar em detalhes sobre as reforma política, tributária e previdenciária em pronunciamentos futuros, Bornhausen dedicou à reforma do Estado o seu primeiro discurso após voltar ao Senado. Ele sugeriu ao Tesouro Nacional que proponha

um grande acerto geral de ativos e passivos, a ser empreendido e liquidado em no máximo 120 dias.

– A reforma do Estado se inicia por um encontro geral das contas públicas, processo pelo qual deverá haver uma explicitação de todos os passivos escondidos e um saneamento de todos os impasses hoje vividos pelos entes públicos que são devedores líquidos – comentou Bornhausen.

Na opinião do senador por Santa Catarina, o Congresso Nacional é o grande foro para as mais importantes decisões do país. Ele citou o discurso em que, na abertura dos trabalhos legislativos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães,

propôs que o Brasil vencesse a crise através de uma agenda positiva.

Após a realização do encontro geral de contas e da distribuição de competências entre a União, estados e municípios, Bornhausen acredita que deve ser realizada a reforma tributária e fiscal. Sua idéia é que haja uma simplificação e redução da carga de impostos, com a eliminação da evasão de recursos e a devolução da equidade entre o poder público e o contribuinte. Ele acrescentou que, se depender de sua vontade, não haverá mais aumento da carga tributária.

– Chega de remendos e de ajustes intermináveis. Temos de ir às raízes de nossos males e procurar, obstina-

Jorge Bornhausen defendeu a privatização urgente das estatais restantes e a complementação da reforma previdenciária



damente, mudar tudo aquilo na Constituição e nas leis que prejudique ou retarde o encontro definitivo do Brasil com o desenvolvimento sustentável e com a justiça social – opinou Bornhausen.

Plenário homenageia Correio Braziliense

A primeira hora da sessão deliberativa de hoje, que terá início às 10h, será dedicada a homenagem dos senadores ao jornal *Correio Braziliense*, pelo recebimento do prêmio World's Best Design, concedido pela Society for News Design, dos Estados Unidos. A homenagem resultou de requerimento do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e outros senadores.

Na Ordem do Dia estão previstas a discussão, em turno único e em regime de urgência, de dois projetos de resolução. O primeiro autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao The Export-Import Bank of Japan (Jexim), no valor equivalente a 18 bilhões de dólares, que serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Se-

tor de Ciência e Tecnologia. O segundo autoriza o país a contratar, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), empréstimo no montante de US\$ 252,52 milhões, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional do Brasil.

A pauta prevê também o quinto e último dia de discussão da proposta de emenda constitucional que possibilita a criação de juizados especiais federais e permite que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgue pedidos de *habeas corpus* contra decisões de tribunais submetidos a sua jurisdição. Será apreciado ainda substitutivo do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto oriundo da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a proteção das cavernas subterrâneas.

Emília quer fim de limite para salário-maternidade

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e outras representantes da banca feminina encontram-se hoje no Congresso, às 16 horas, com o ministro Waldeck Ornelas, da Previdência, a quem vão solicitar a revogação de dispositivo de portaria que limita em R\$ 1.200,00 o salário-maternidade.

As parlamentares alegam que essa redução do benefício ocorre no momento em que as mulheres mais necessitam de recursos financeiros. Elas argumentam que o valor do salário-maternidade deve corresponder à mesma remuneração obtida durante a atividade.



O lançamento do livro de Cabral ocorreu no Salão Negro do Congresso

Senado lança livro de Cabral sobre cooperação internacional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem do lançamento do livro *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A solenidade, realizada no Salão Negro do Congresso Nacional, compareceu Luiz Felipe Lampreia, ministro das Relações Exteriores, cuja pasta cooperou na elaboração da obra.

Antonio Carlos elogiou o “trabalho notável de Cabral”, e disse que a decisão de editá-lo está de acordo com diretriz adotada pelo Senado, de publicar títulos de interesse relevante para estudiosos, mas que, pelo escasso apelo comercial, não atraem as editoras privadas.

Lampreia ressaltou que, além do público acadêmico, o livro vai servir também a prefeitos e governadores que desejem buscar recursos externos para receber consultoria e formar pessoal, ou investir em áreas como saneamen-

to básico, saúde e educação. Também será útil para orientar a cooperação prestada pelo Brasil a países da América Latina e África em programas como o ensino a distância.

Cabral lembrou que a idéia de fazer o livro surgiu em 1989, quando era presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e que foi incentivado por Antonio Carlos, quando presidente da CRE do Senado, e por Lampreia, então responsável pela Agência Brasileira de Cooperação.

O autor agradeceu também o apoio do ex-presidente José Sarney e do líder do PFL, Hugo Napoleão, e a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antonio de Pádua Ribeiro, do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Oscar de Castro, e de parlamentares e embaixadores estrangeiros.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 12h - Recebe o deputado Guttemberg Martinez, presidente da Câmara dos Deputados do Chile
- ▶ 12h30 - Recebe o governador Anthony Garotinho
- ▶ 15h30 - Recebe o senhor Paulo Cordeiro, acompanhado dos senhores Atilano Oms Sobrinho e Mário Celso, presidente e vice-presidente do grupo Inepar, respectivamente
- ▶ 16h - Recebe o professor Cristovam Buarque
- ▶ 16h30 - Recebe o senhor Stefan Bogdan Salej, presidente da Fiemg
- ▶ 17h - Recebe o deputado Gilberto Kassab, acompanhado dos senhores Rogério Amato, Paulo Saab e Guilherme Afif Domingos
- ▶ 17h15 - Recebe o arquiteto Oscar Niemeyer

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
- ▶ Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o jornal *Correio Braziliense*, pelo recebimento do prêmio World's Best Design, concedido pela Society for News Design, nos termos do Requerimento nº 48/99, do senador Luiz Estevão e outros senhores senadores.

Pauta: *Projeto de Resolução nº 8/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o The Export-Import Bank of Japan, no valor de 18 bilhões de dólares, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia; *Projeto de Resolução nº 9/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor equivalente a até US\$ 252,520,000.00, na modalidade de ajuste setorial, Rede de Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; e *Substitutivo ao PLC nº 36/96, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas.

PREVISÃO DA SEMANA

- ▶ Sexta-feira (5.3.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

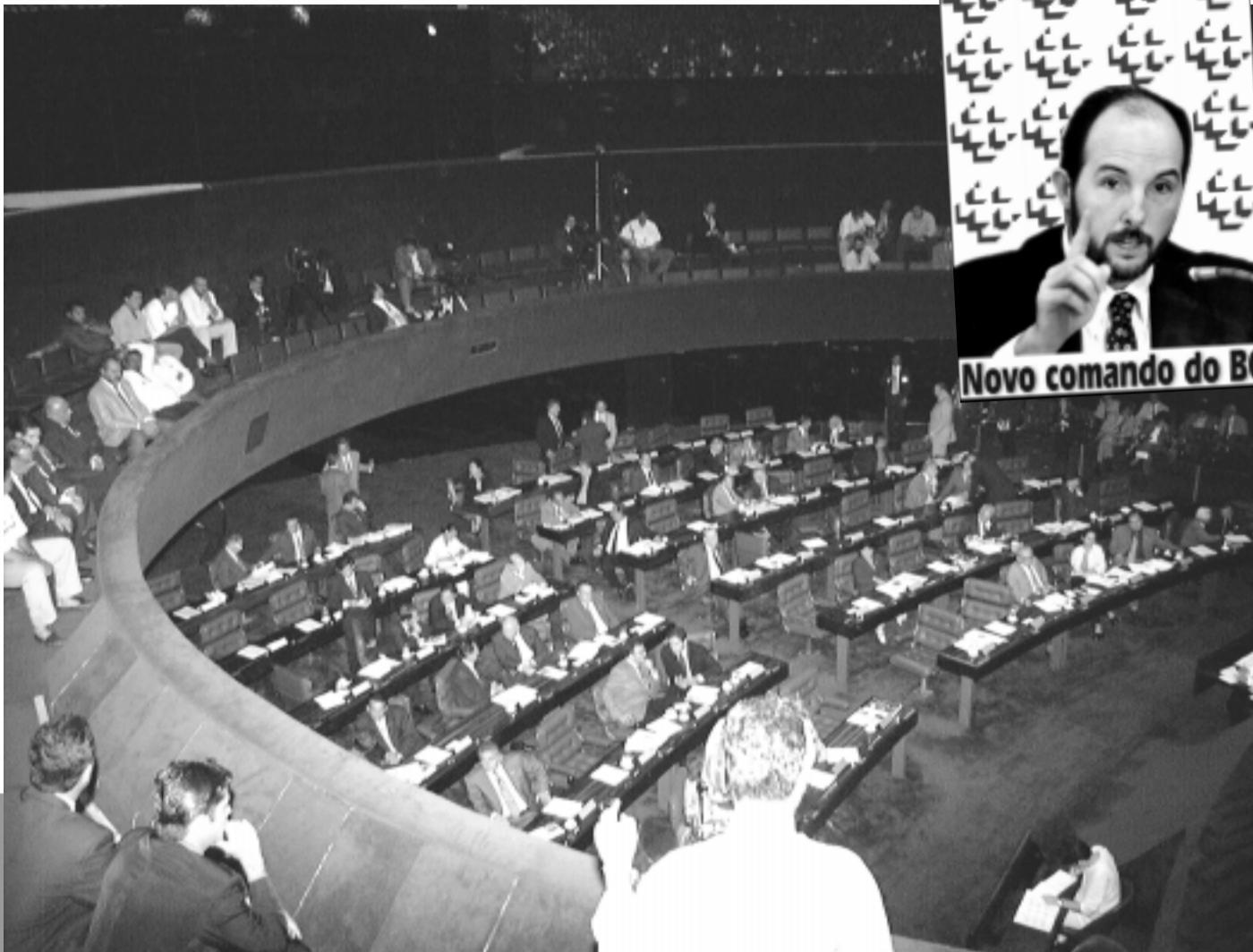
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



O economista Armínio Fraga já pode tomar posse no cargo de presidente do Banco Central. Seu nome foi aprovado pelo plenário do Senado

Indicação de Armínio Fraga para o Banco Central é aprovada em plenário

O nome do economista foi confirmado por 57 votos a 20 depois de duas horas de discussão, durante as quais os senadores de oposição criticaram a manutenção de altas taxas de juros

Por 57 votos a 20, foi aprovada ontem pelo plenário do Senado a indicação do economista Armínio Fraga para o cargo de presidente do Banco Central. A votação secreta ocorreu à tarde, depois de duas horas de discussão. Na mesma sessão, os senadores aprovaram as indicações feitas pelo presidente da República para as cinco diretorias do BC.

Os novos diretores receberam de 52 a 64 votos favoráveis. São eles Daniel Luiz Gleizer, para a Diretoria de Assuntos Internacionais; Edison Bernardes dos Santos, para a Administração; Luiz Carlos Alvarez, para Fiscalização; Luiz Fernando Figueiredo, para Política Monetária; e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, para Política Econômica.

Os novos diretores, todos economistas, têm idade de 35 a 43 anos e experiência em instituições financeiras privadas e estatais. Dois deles – Edison Bernardes e Luiz Carlos Alvarez – são da carreira do Banco Central. As indicações receberam parecer favorável do relator das mensagens do presidente da República, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Senadores de oposição criticaram a intenção de Fraga de manter os juros elevados nos próximos meses.

Maria do Carmo pede fim do acordo com FMI



Maria do Carmo Alves

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu ontem o rompimento do acordo com o FMI, “que se opõe arrogantemente a quaisquer controles e prega o livre fluxo de capitais, privilegiando especuladores e punindo impiedosamente as nações”.

O debate sobre a indicação de Armínio Fraga para o Banco Central foi considerado irrelevante por Maria do Carmo, diante do quadro econômico que o país enfrenta. Ela registrou, contudo, que o fato de o indicado ser um profissional do mercado não é um fato inédito e citou os Estados Unidos como exemplo de país que já nomeou um especulador para organismo financeiro interno.

“Na década de 30, Roosevelt pensava em criar uma agência reguladora do mercado de capitais e, para dirigi-la, convidou um dos maiores especuladores do país, que era Joseph Kennedy, pai do futuro presidente John Kennedy”, informou.

Maria do Carmo disse estar mais preocupada com a instabilidade financeira e defendeu para o Brasil o mesmo caminho adotado pela China e Índia. Segundo ela, esses países, apesar de sofrerem pressões dos Estados Unidos, não abriram os seus mercados financeiros e tiveram um bom desempenho diante “do caos que se implantou no mundo moderno”.

Valadares vê contradição entre mercado e população



Valadares

Durante a discussão da indicação do economista Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o BC e o governo brasileiro “terão que se posicionar a favor do Brasil ou do invisível”. Ele esclareceu que, no caso, o Brasil seriam as necessidades da população e o invisível seria o mercado.

Valadares comentou que, durante o seu governo, Fernando Henrique Cardoso já indicou cinco nomes para presidir o Banco Central: Pêrsio Arida, Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Chico Lopes e Armínio Fraga. Os quatro primeiros, recordou, deixaram o cargo por motivos até hoje não esclarecidos.

– Armínio Fraga está sendo o quinto nome indicado para o Banco Central, e, como os outros, se não atender na devida conta aos anseios do invisível, também será demitido – previu.

Lembrando da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou a indicação de Armínio Fraga para o Banco Central, Valadares comentou que o economista não respondeu as perguntas feitas pelos senadores. “Quem tiver o trabalho de observar as notas taquigráficas ficará estupefado diante das respostas evasivas, omissão e indiferença de Armínio”, testemunhou.

Saturnino critica abertura a capital especulativo

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sustentou ontem, durante a discussão do nome de Armínio Fraga para o Banco Central, que a indicação era



Roberto Saturnino

“mais um passo na marcha da insensatez” no Brasil. Para ele, a posse de Fraga integra “um grande processo”, que começou quando o próprio Armínio estava na Diretoria Internacional do BC, no início desta década, e abriu o Brasil à entrada de “capitais especulativos”, que acabaram “asfixiando a produção econômica nacional”.

– Essa abertura ao capital especulativo fez o Brasil se render à lógica do mercado. Tudo depende do mercado. Os governantes não podem tomar nenhuma decisão que, logo depois, vem um comentário a respeito da reação do mercado. É o mercado que manda – afirmou.

Depois de lembrar que Armínio Fraga disse na Comissão de Assuntos Econômicos que os juros continuarão elevados pelo menos nos próximos seis meses, Saturnino disse que não foi “convencido” durante a sabatina de que “poderia haver o bom e o mau especulador, o ético e o antiético, o maldoso e o bondoso”.

Para o senador, Fraga agiu à frente da especulação financeira internacional que se abateu sobre a Tailândia no ano passado, derrubando a cotação da moeda local e iniciando o processo da crise asiática, que “acabou vindo bater no Brasil”.

Freire: Senado na contramão da sociedade

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o Senado, ao aprovar o nome de Fraga, está implicitamente aceitando sua política de manter altos os juros,



Roberto Freire

dentro do receituário do FMI, que ele explicitou durante a sabatina de sexta-feira passada. “Essa diretriz é contrária ao que a sociedade brasileira quer, assim o Senado ficará na contramão do que os setores mais representativos do país estão reivindicando: juros mais baixos para propiciar crescimento econômico e geração de empregos.”

Freire anunciou a apresentação de projeto de decreto legislativo para sustar atos do Executivo visando à privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Ele lembrou que legislação aprovada no Senado (Lei 9.491, de setembro/97) proíbe a venda das duas instituições.

Armínio Fraga mentiu aos senadores, afirma Dutra

Para parlamentar, economista deu respostas absolutamente contraditórias durante a sabatina feita pela CAE

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que o novo presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, mentiu durante a sabatina a que foi submetido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), quando perguntado sobre a natureza de informações privilegiadas a que teria tido acesso antes da sabatina.

Dutra lembrou que, respondendo à pergunta, Fraga disse que teve acesso a informações macroeconômicas, de conhecimento público, que fazem parte da

discussão do país. A partir dos Anais, Dutra comparou esta resposta com outra, à pergunta do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), quanto ao conhecimento de Fraga das negociações entre o BC e o FMI a respeito de um sistema de intervenção no câmbio.

A resposta de Fraga foi: "Começando pela questão do BC e a sua atuação no mercado, devo dizer que o acordo com o fundo e a política do governo nessa área são assuntos que não são públicos e não estão, portanto, na linha do que me é permitido abordar aqui. Seria uma informação privilegiada que não posso dividir, aqui, com a platéia".

Dutra perguntou em que momento Fraga teria dito a verdade. "Ao me responder que não tinha nenhuma informação privilegiada e que só tinha informações que eram de domínio público, relativas a informações macroeconômicas ou ao responder ao senador Antero Paes de Barros de que as informações que ele tinha eram informações privilegiadas que não poderia dividir com a platéia".

O senador disse ainda ter constatado que Fraga foi evasivo nas respostas durante a sabatina, "e não só às perguntas feitas pelos senadores de oposição". Dutra citou per-

guntas sobre a questão dos juros feitas pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), "que foram respondidas de maneira sucinta e genérica, sem explicar nada".

Com relação à pergunta insistente feita ao sr. Armínio Fraga sobre a privatização do Banco do Brasil pelos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Roberto Freire (PPS-PE), Heloísa Helena (PT-AL) e Ademir Andrade (PSB-PA), o que disse o sr. Armínio Fraga? Optou até pela gozação: "O assunto Banco do Brasil tem sido levantado com tanta frequência que estou começando a ficar curioso sobre o porquê". Essa foi a resposta do sr. Armínio Fraga, que considero evasiva porque ele estava com medo de perder um ou outro voto de senadores da base governista caso declarasse claramente a sua opinião, que é a de privatização do Banco do Brasil – afirmou Dutra.



José Eduardo Dutra



Novo comando do BC



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 1999

1

Parecer nº 68, de 1999, da CAE. Mensagem nº 74, de 1999 (nº 156/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 57; Não, 20; Abst., 0. Total: 77. Será feita a comunicação à Presidência da República.

2

Parecer nº 69, de 1999, da CAE. Mensagem nº 77, de 1999 (nº 241/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 52; Não, 19; Abst., 2. Total: 73. Será feita a comunicação à Presidência da República.

3

Parecer nº 70, de 1999, da CAE. Mensagem nº 78, de 1999 (nº 242/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 64; Não, 7; Abst., 2. Total: 73. Será feita a comunicação à Presidência da República.

4

Parecer nº 71, de 1999, da CAE. Mensagem nº 79, de 1999 (nº 243/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 65; Não, 7; Abst., 1. Total: 73. Será feita a comunicação à Presidência da República.

5

Parecer nº 72, de 1999, da CAE. Mensagem nº 80, de 1999 (nº 244/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Luiz Fernando Figueiredo para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 52; Não, 18; Abst., 2. Total: 72. Será feita a comunicação à Presidência da República.

6

Parecer nº 73, de 1999, da CAE. Mensagem nº 81, de 1999 (nº 245/99, na origem). Presidente da República submete o nome de Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: Aprovado. Sim, 53; Não, 19; Abst., 1. Total: 73. Será feita a comunicação à Presidência da República.

7

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995. Senador Osmar Dias e outros. Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas). Resultado: Aprovada. Votaram: Sim, 65; Não, 6; Abst., 1. Total: 72. À CCJ, para a redação final.

8

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/99, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais).

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à Ordem do Dia de hoje.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Lauro lamenta que nome seja aprovado sem investigação

"Não há dúvida de que existe um marechal na presidência do BC por culpa nossa, que aprovamos a indicação desse nome sem conhecê-lo, sem indagar, sem investigar coisa nenhuma", lamentou o senador Lauro Campos (PT-DF) ao comentar que Armínio Fraga atuou como um "marechal do exército" do Fundo Quantum, que é controlado pelo megainvestidor George Soros.

Ele afirmou que Fraga defende a privatização das empresas ainda sob o controle do governo, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, e levantou a hipótese de as reservas brasileiras, mantidas em nome da defesa contra ataques especulativos, terem como objetivo defender apenas os lucros dos especuladores.

Armínio Fraga, enquanto era diretor do BC, no governo Collor, viu o processo de abertura dos mercados especulativos brasileiros aos capitais de curto prazo e participou dele. A chave do cofre estava sendo fundida para ser entregue aos especuladores estrangeiros – disse.



Lauro Campos

Requião considera muito ruins as perspectivas para o Brasil

Durante a discussão da indicação de Armínio Fraga para a presidência do BC, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) citou denúncias da revista *Carta Capital* e afirmou que o economista, "pistoleiro de George Soros", não somente arruinou a Tailândia e sua moeda, trazendo desemprego e desespero ao país, como também obteve lucros expressivos com compra e venda de títulos da dívida externa brasileira.

– Não quero ser profeta do apocalipse mas, se a loucura da política econômica continuar, o dólar chegará a valer R\$ 4 e a hiperinflação penalizará o povo brasileiro como aconteceu com o tailandês – alertou.

Requião não gostou do que chamou

de "sorriso divertido", na fisionomia do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que interpretou como ironia ao seu discurso, e disse que todos sabem que não existe maneira de segurar o dólar e a inflação quando há falta de credibilidade no governo. Bornhausen afirmou que não aceitava "colocações irreverentes e incoerentes" de Requião e exigiu respeito à sua atuação política e partidária.



Roberto Requião

Rocha diz que falta ao novo presidente confiabilidade

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que a gestão de Armínio Fraga à frente do Banco Central não oferece nenhum grau de confiabilidade. "Será mais um salvador da pátria? Será que o Brasil estará a salvo da especulação apenas porque o senhor Armínio Fraga é respeitado entre os especuladores internacionais?", questionou o senador, ao manifestar o seu voto contrário à indicação.

Rocha afirmou que os aspectos sociais da crise são mais importantes que as insinuações sobre as amizades e contatos de Fraga. Para ele, fundamentais são, por exemplo, os impactos sociais provocados pelos cortes orçamentários no programa Comunidade Solidária e as medidas que atingem o funcionalismo federal,

como a disponibilidade de milhares de servidores e o adiamento do pagamento dos 28% já determinado pela Justiça.

O senador também apontou a exigência do FMI para que sejam feitos novos cortes no total de US\$ 4 bilhões e lembrou que o salário mínimo equivale a apenas US\$ 65 e que o desemprego só aumenta. "A receita de Armínio Fraga não se coaduna com as conquistas sociais necessárias ao país", afirmou.



Sebastião Rocha

Wilson quer novas regras para nomeação e troca de diretores

Ao comentar as turbulências que o Brasil vem enfrentando após a saída sucessiva de dois presidentes do Banco Central em menos de um mês, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) defendeu a necessidade da implantação de um período de quarentena para os dirigentes que saírem do banco.

O senador quer agilizar a votação e a aprovação de uma lei complementar que estabeleça regras para a nomeação, demissão e quarentena dos dirigentes do BC. Na sua opinião, o país não suporta mais a forma atual como é feita a troca de comando no banco.

Na opinião dele, além de ser desleal para com as outras instituições privadas do mercado, a ação de ex-dirigentes do Banco Central é prejudicial aos interesses do Brasil, principalmente quando exercida nos setores mais especulativos, como as bolsas de valores, de mercadorias e futuros.

Wilson lembrou do texto encaminhado em dezembro pelo Executivo à Câmara dos Deputados. Ele define a quarentena de um ano, durante a qual o ex-diri-

gente não poderá exercer cargo ou função em instituições privadas das áreas bancária, de seguros, capitalização, consórcio, previdência ou mercado de capitais.

– O texto do Executivo inovava, principalmente, por prever o pagamento ao ex-dirigente do banco, durante a quarentena, do valor correspondente à remuneração do cargo que ocupava. Desse modo corrige-se o absurdo incluído no projeto original, que previa quarentena sem remuneração – elogiou Carlos Wilson.

Em aparte, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) encampou a defesa da quarentena:

– Um fato que me escandalizou foi a interferência ostensiva do ex-presidente do BC Pêrsio Arida nos bastidores das negociações para a privatização do sistema brasileiro de telecomunicações. Sem querer fazer juízo apressado, acredito que ele, ao ingressar nos leilões para privatização da Telebrás, possuía informações privilegiadas sobre aquelas transações – afirmou Djalma Falcão.



Carlos Wilson

Tuma defende união de todos para enfrentar crise econômica

Líder afirma que governo precisa ter respaldo na busca das soluções adequadas e garante que FHC está preocupado com desemprego

Como líder do governo no Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) solicitou voto favorável à indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central. Ele alegou que, diante da crise que angustia o país, é preciso união de todos para que as autoridades governamentais tenham respaldo na busca



Romeu Tuma

das soluções adequadas. "Se não der certo, sempre podemos pedir explicações", observou.

Tuma lembrou que durante a sabinagem de Fraga na CAE o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), acolheu todas as questões de ordem levantadas pela oposição, resultando em sessão de nove horas de duração. "O candidato respondeu a contento a todas as perguntas, mesmo sobre ética e moral. O presidente Fernando Henrique está tão preocupado quanto nós com os índices de desem-

prego, por isso acredito que tenha escolhido o melhor nome", disse.

DIRETORES

Ao encaminhar a votação dos diretores de Administração, Edison Bernardes dos Santos, e de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) informaram que votariam favoravelmente, por serem os candidatos funcionários de carreira do BC. Os dois senadores se manifestaram contrários à indicação de Fraga e dos três demais diretores, por serem oriundos do mercado financeiro.

Suplicy cobra divulgação de operações de Soros

Justificando que tinha dúvidas sobre a honradez de Armínio Fraga Neto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao plenário do Senado que votasse contra o nome do economista para a presidência do Banco Central. Ele também levantou dúvidas sobre a intenção do indicado de dedicar-se apenas ao trabalho pela estabilidade da moeda, em detrimento de preocupar-se com questões sociais como o desemprego e a reversão das desigualdades que marcam o Brasil.

Suplicy lamentou que a Comissão de Assuntos Econômicos não tenha aprovado requerimento de sua autoria soli-



Eduardo Suplicy

citando explicações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o afastamento do presidente do Banco Central indicado anteriormente, o economista Francisco Lopes, depois de argüido e aprovado pelo Senado.

O senador por São Paulo também cobrou de Armínio Fraga que tornasse públicas as operações realizadas com títulos brasileiros pelo Fundo Quantum, do grupo Soros, durante janeiro e fevereiro. Ele justificou que esta medida é necessária para dissipar dúvidas sobre notícias de que ele teria repassado informações privilegiadas.

— Embora a votação seja secreta,

anuncio meu voto contrário. Espero que ao dizer não, com franqueza, à indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, esteja sinalizando a urgência de uma reviravolta nos valores que têm presidido a formulação da política econômica brasileira — encerrou Eduardo Suplicy.

Em seu discurso, Suplicy citou a peça *Júlio César*, de William Shakespeare. Nela, Marco Antonio afirma ironicamente, à beira do túmulo de César, que Brutus é um homem honrado. "Venho falar nos funerais de César. Era meu amigo, leal e justo comigo; mas Brutus diz que era ambicioso; e Brutus é um homem honrado... Não falo para desaprovar o que Brutus disse, mas estou aqui para falar sobre aquilo que conheço!"

Ademir lamenta tendência de manter juros altos

A aprovação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central significa, na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que a política de juros altos deve continuar. Ele lamentou que mais um técnico afinado com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, venha a assumir um posto importante no governo e já comece fazendo a defesa de que o país cumpra todos os compromissos assumidos.

Para o senador, a postura do governo Fernando Henrique de execu-

tar os acordos externos é responsável pela crise que o país vive hoje. "A dívida interna já chega a 46% do PIB e não é possível superar isso", lamentou. "Assumir os compromissos fez com que o governo mudasse a política cambial e trouxesse a inflação de volta", afirmou.

Ademir Andrade alertou, ainda, para a possível privatização do Banco do Brasil e da Caixa Eco-



Ademir Andrade

nômica Federal. Essa tese é, em sua opinião, defendida pelo PFL e já conta com o apoio de Pedro Malan.

"É hora de a classe política brasileira mostrar que está cumprindo seu dever e seu dever não é fazer tudo o que o governo mandar, mas encontrar soluções para os problemas do país", disse.

Simon pede aprovação de lei que impõe quarentena

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiu ontem um apelo ao presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, pedindo que a votação sobre a indicação de Armínio Fraga fosse adiada até que a Câmara votasse projeto que estabeleça prazo para que ocupantes de cargos públicos possam voltar a atuar na iniciativa privada.

— Vamos votar seis nomes indicados para ocupar cargos no Banco Central. Quatro deles são ligados a instituições financeiras privadas. Essa é a chance de moralizar o processo — afirmou.

Simon lamentou que o presidente da República não tenha incluído o projeto da quarentena na pauta da convocação extraordinária e disse que os deputados deveriam ter votado a matéria, que já foi aprovada no Senado.

— A grande diferença de votarmos os nomes indicados para o Banco Central antes de aprovada a quarentena é que eles não terão que cumpri-la. E o que mais me dói é que o próprio indicado à presidência do Banco Central declarou que é a favor do projeto — salientou.

De acordo com Simon, a própria bancada governista votará a favor dos indicados por "constrangimento". Ele alertou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para o fato de que a aprovação de Armínio Fraga não significa "um voto de aplauso, significa que os senadores estão temerosos, diante do terrorismo disseminado de que não se sabe o que acontecerá ao país, caso os nomes sejam rejeitados".



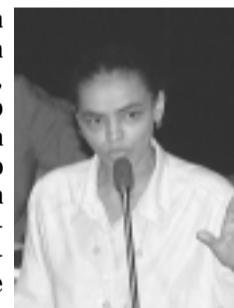
Pedro Simon



Reputação é o que mais importa, alerta Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC), que votou contra a indicação de Armínio Fraga, disse ontem que o critério mais importante na escolha de um presidente para o Banco Central deve ser a "reputação ilibada". A senadora contestou a argumentação de que a discussão de aspectos éticos é irrelevante e que o importante era o fato de Fraga conhecer "o outro lado" da especulação internacional.

Para a senadora, a indicação de Fraga, sob esta argumentação, equivaleria a indicar o deus da mitologia grega Narciso para comandar uma campanha contra as vaidades; o imperador romano Nero para campanhas de combate às queimadas; ou ainda indicar a deusa Afrodite para campanhas em favor do celibato na igreja católica.



Marina Silva

Marina lembrou que os seres humanos costumam dizer que é inaceitável, do ponto de vista ético, práticas como a prostituição infantil e o tráfico de drogas, mas aceitam e acham normal a especulação que leva populações à bancarrota. "É notório o saber do senhor Armínio Fraga, mas é preciso saber a serviço de quem,

do que e para que está sendo utilizado este saber", explicou a senadora.

A senadora lembrou que em seu discurso diante da Comissão de Assuntos Econômicos, Fraga defendeu a tese de que economias em desenvolvimento devem garantir que haja poupança interna e investir em tecnologia e educação. Marina disse não saber como Armínio vai compatibilizar esta sugestão com a realidade dos cortes orçamentários.



Osmar Dias

Senado fixa prazo para ação de trabalhador rural

O plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que estabelece, nas ações trabalhistas movidas por trabalhadores rurais, o mesmo prazo de prescrição fixado para os trabalhadores urbanos (cinco anos). Atualmente, não há prazo para tal prescrição e um trabalhador rural pode reivindicar na Justiça direitos trabalhistas por todo o tempo

em que trabalhou numa fazenda.

O autor da proposta, senador Osmar Dias (PSDB-PR), ponderou durante a discussão da matéria que, ao contrário do que se possa pensar, na verdade a mudança irá ajudar os trabalhadores rurais. Hoje, com a inexistência de limite prescricional, os patrões têm evitado manter um mesmo empregado por muito tempo, com receio de uma ação

trabalhista, afirmou.

— Há insegurança entre os empregadores, porque existe caso em que o ex-empregado reivindicou na Justiça direitos que somam, em dinheiro, muito mais que o valor da fazenda do ex-patrão — sustentou Osmar Dias.

A proposta, que ainda terá de ser votada pelos deputados, mantém em dois anos o prazo que um ex-empregado (ru-

ral ou urbano) tem para recorrer à Justiça depois de deixar o emprego.

Osmar Dias observou que a inexistência de prazo faz com que patrões tenham de guardar "por 20 ou 30 anos" recibos e documentos assinados por ex-empregados. Por isso, existe uma tendência no meio rural, continuou o senador, de se manter empregados por prazos menores.

Dutra pede investigação sobre ameaça de morte

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou sua preocupação e pediu às autoridades da área de segurança de Sergipe que investiguem ameaça de morte que teria como suposto alvo o deputado estadual Joaldo Barbosa (PMN).

"A ameaça foi ouvida através de linha cruzada pela repórter Cássia Santana quando entrevistava um empresário pelo telefone. A voz ouvida pela repórter ordenava o assassinato de um deputado que assumiu o mandato *sub judice* e o único deputado nessas condições é Jo-

aldo Barbosa", explicou o senador.

Dutra disse que já existe a especulação de que o principal beneficiário da morte de Joaldo Barbosa seria o seu suplente, Arnaldo Bispo (PMDB). O senador disse ainda que conhece Arnaldo Bispo e que o mesmo não tem caráter violento ou ligações com o crime organizado, mas concordou com o presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, Reinaldo Moura, quando afirmou que o fato é grave e que a denúncia precisa ser imediatamente apurada pelos órgãos de segurança do estado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Futebol Feminino
7h30 - Especial Unip - Pediatria (2ª parte)
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Musculação
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Olinda
9h30 - Entrevista - O senador Tião Viana fala sobre as doenças infecciosas da Amazônia, em particular da hepatite
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - Bahia
10h30 - Saúde Todo Dia - Futebol Feminino
10h55 - Senado em Pauta
11h - Especial Unip - Cirurgia da obesidade (2ª parte)
11h30 - Espaço Cultural - "Jovens Concertistas"
12h30 - Entrevista - O senador Tião Viana fala sobre as doenças infecciosas da Amazônia, em particular da hepatite
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Dendê da Bahia
13h30 - Debate - O senador Geraldo Melo e o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, debatem sobre o panorama econômico brasileiro
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina
19h - Palestra - Qualidade de vida

20h - Cores do Brasil - Espírito Santo
20h30 - Entrevista - O senador Tião Viana fala sobre as doenças infecciosas da Amazônia, em particular da hepatite
21h - Jornal do Senado
21h15 - Debate - O senador Geraldo Melo e o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, debatem sobre o panorama econômico brasileiro
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h00 - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
00h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Nabor: grandes empresas não pagam Imposto de Renda

Senador do Acre diz que metade dos 530 maiores grupos privados do país estão a salvo do fisco e critica modelo de tributação

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou ontem os parâmetros de cobrança do Imposto de Renda, que sobrecarrega os assalariados enquanto permite que as grandes empresas não paguem. "É o próprio secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que reconhece estarem a salvo do IR metade das 530 maiores empresas do país, inclusive duas das maiores montadoras de veículos."

Nabor citou números de um artigo de Márcio Moreira Alves, publicado no jornal *O Globo* de domingo passado, demonstrando a realidade das distorções fiscais. "A indústria automobilística contribui com apenas 0,16% de seu faturamento para o IR, enquanto o cidadão que ganha R\$ 2.000 está enjaulado na alíquota de 27,5%. A construção civil recolhe 1,21% de suas receitas enquanto o operário que ganha R\$ 1.000 paga 15%."

Ainda citando números do artigo, Nabor disse que "a festa é mais delirante nas corporações financeiras:

computadas 66 empresas importantes, 28 não pagam um real centavo, outras com louvável consciência contribuem com menos de 1%. Existem duas que pagam 4%, mas certamente tentarão 'corrigir' isso no atual exercício".

O senador classificou como "detalhe espantoso" o fato de que, segundo Márcio Moreira Alves, alguns advogados fiscalistas estão entre os maiores contribuintes do IR de pessoas físicas. "São eles que fazem a engenharia fiscal que permite elidir impostos, ganhando uma porcentagem sobre o que poupam aos seus clientes", afirma no artigo.

Para Nabor Júnior, "a lição é acariana: a elite da casta especializada na manipulação dos fatores econômicos evita abusar de suas habilidades e não se expõe como contribuintes individuais. Isso porque não existem defesas contra o apetite insaciável dessa fera voraz, quando se trata de IR pessoa física, como bem sabem os trabalhadores".

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-



Nabor lembrou que assalariados pagam muito mais imposto do que as empresas

AC) apoiou as palavras de Nabor, lembrando que o trabalhador, além de pagar mais Imposto de Renda, não recebe retorno de sua contribuição em políticas públicas que garantam bom atendimento na educação e na saúde. "Esse é mais um motivo para termos urgência em aprovar uma reforma tributária", concluiu.

Tião Viana faz alerta sobre hepatite B em entrevista

"O fato de cerca de 200 pessoas terem morrido de hepatite no Acre, em 1997, é a prova de que existe um descontrole e muita falta de informação sobre a doença no estado." A afirmação é do senador Tião Viana (PT-AC), em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.



Senador cobra ação mais energética para conter doença no país

e 60, e da equistossomose na região Nordeste, nos anos 70.

Segundo Tião Viana, o plano quinquenal do governo federal previa, na área de saúde pública, a vacinação de toda a população amazônica contra a hepatite até o final de 98, mas, até hoje, nem a metade da população recebeu as doses da vacina.

O senador pede "uma ação mais energética do governo" e compara essa epidemia de hepatite ao problema da doença de Chagas, na região Sudeste, nos anos 50

Para dar uma idéia da grave situação da saúde no estado, o senador cita o fato de que em todo o Acre existe apenas um hemocentro para atender a 22 municípios.

Geraldo Melo e economista debatem crise do câmbio

"A volta do dólar ao nível de R\$ 2,00 e a velocidade com que a desvalorização do real começou a chegar aos preços trouxeram de volta a preocupação com a inflação e a reindexação da economia. E o governo está tentando fazer um controle progressivo." A afirmação é do secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, durante o programa *Debate*, da TV Senado, que irá ao ar hoje, à 1h, 5h, 13h30 e 21h15, com reapre-

sentação no sábado, às 19h30.

Para o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que também participa do programa, o problema é muito mais político do que econômico, e a situação está num "círculo vicioso", onde empresários e economistas pedem que o governo atue de forma mais energética no acompanhamento de reajustes e no câmbio para que possam progredir e produzir mais. O senador explica que o problema é a falta de oferta de dólares.

ACM defende fim de toda a Justiça do Trabalho

Presidente do Senado esclarece que sua posição de acabar com a figura dos juízes classistas, que “é antiga”, evoluiu para a extinção dos tribunais especializados no julgamento dos dissídios coletivos, que só existem no Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na manhã de ontem o fim “do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e de toda a Justiça do Trabalho, que é anacrônica e não pode existir em um país que quer se desenvolver”. O senador lembrou o fato de que “ela só existe no Brasil”.

Antonio Carlos lembrou ainda que há muito tempo defende a tese de acabar com os juízes classistas, “mas alguns conservadores no Senado, e alguns se dizem progressistas, não querem”. Ele enfatizou que sua po-

sição é antiga e acrescentou que se tornou “mais radical”, defendendo a proposta de uma extinção completa da Justiça do Trabalho.

EXPECTATIVA

O senador manifestou “uma expectativa muito grande pelo trabalho de Armínio Fraga”, e disse esperar que o novo presidente do BC “tenha êxito logo”. Ressaltou, no entanto, que os resultados mais efetivos não devem ser esperados para o curto prazo. “Mas isso vai ocorrer, tenho certeza, e vai melhorar a situação do Brasil”, observou.

Com relação ao trabalho do Senado, Antonio Carlos destacou que os parlamentares estarão concentrados, a partir de agora, em uma pauta que inclui algumas emendas constitucionais e projetos que vêm da Câmara, mas que “não têm nada de espetacular”. De qualquer modo, ele manifestou confiança em que os senadores irão manter sua atividade “tanto quanto possível intensa”.

GRAMPO

A respeito da possível saída do delegado Vicente Chelotti do car-



go de diretor do Departamento de Polícia Federal (DPF), em função de uma polêmica em torno de grampos telefônicos, Antonio Carlos destacou que “o juiz dessa questão é o presidente da República, como, aliás, o próprio Chelotti já disse”.

Antonio Carlos diz que conservadores e “alguns que se dizem progressistas” não querem acabar com juízes classistas



Maguito disse que, ao defender extinção de alguns tribunais, ACM “mexeu num vespeiro”



Edison Lobão explicou que PFL tem orgulho de abrigar o presidente do Senado

Maguito vê injustiça e Lobão aponta “grosseria”

As declarações do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianotto, contendo críticas às opiniões do senador Antonio Carlos Magalhães acerca da rediscussão do papel dos tribunais brasileiros, foram consideradas “injustas e equivocadas” pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O senador Edison Lobão (PFL-MA) também se solidarizou com o presidente da Casa.

Antonio Carlos agradeceu a manifestação de seus colegas e declarou que ocupará a tribuna “no momento oportuno para tratar do assunto com a devida minúcia”.

Maguito Vilela disse que Antonio Carlos, ao defender a possível extinção de alguns tribunais, “mexeu num vespeiro”. Para ele, os tribunais constituem a maior reserva de privilégios do país. “São verdadeiros mamutes, que pagam os melhores salários do Brasil, prestando um serviço

que, na maioria das vezes, deixa a desejar”, afirmou.

O senador por Goiás repudiou especialmente as referências feitas por Pazzianotto às “tragédias pessoais” enfrentadas pelo senador baiano, que aconteceram, na opinião de Maguito, pela “força dos desígnios de Deus”. Após enfrentar os sofrimentos, continuou o senador, Antonio Carlos adquiriu mais forças para “permanecer lutando contra as desigualdades e injustiças que ainda imperam no Brasil”, declarou.

Por sua vez, o senador Edison Lobão disse que as declarações de Pazzianotto não passaram de “grosseria despropositada” e ressaltou que seu partido tem orgulho de abrigar o presidente do Senado. Lobão afirmou, ainda, que apoia as opiniões de Antonio Carlos porque sabe que tudo o que o senador baiano diz “é em nome do engrandecimento da Casa e do país”.

Luiz Estevão repudia críticas de Pazzianotto ao presidente do Senado

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) repudiou ontem as declarações do vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, sobre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Estevão lembrou que o presidente do Senado tem uma das mais ricas biografias políticas do país, tendo exercido com sucesso quase todos os cargos públicos dos poderes Executivo e Legislativo.

Luiz Estevão disse que Antonio Car-

los foi reeleito para a presidência da Casa porque detém a confiança dos parlamentares na sua capacidade de responder aos anseios da sociedade brasileira.

O senador solidarizou-se ainda com o ser humano, que passou por “uma das maiores privações” quando da morte de seu filho, Luís Eduardo Magalhães, sem perder a firmeza e a disposição para dedicar-se, conduzir e defender o Congresso Nacional.



Luiz Estevão afirmou que ACM tem uma das mais ricas biografias políticas do país

No encontro com os deputados evangélicos, Antonio Carlos reafirmou as restrições aos gastos do Judiciário



Senador recebe solidariedade da bancada evangélica da Câmara

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a solidariedade da bancada evangélica da Câmara dos Deputados, diante das críticas pessoais dirigidas pelo ministro Almir Pazzianotto, do Tribunal Superior do Trabalho, devido à posição manifestada pelo senador a favor da extinção da Justiça trabalhista no país. No encontro com os deputados evangélicos,

Antonio Carlos reafirmou as restrições aos gastos do Judiciário com prédios e em particular à Justiça do Trabalho, observando “que só ela está consumindo mais de 400 milhões”. Ele revelou que já recebeu mais de 100 manifestações de apoio e solidariedade. E lamentou que o ministro Pazzianotto, “à falta de argumentos para debater, leve para questões pessoais, demonstrando seu caráter”.

Antonio Carlos contou aos parlamentares que por diversas vezes recebeu o ministro Almir Pazzianotto em seu gabinete, onde ouviu queixas contra o Tribunal Superior do Trabalho “e o desejo dele de voltar à política, fosse como candidato a prefeito de São Paulo, candidato a deputado federal e mesmo ministro do Trabalho do presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem queria conversar sobre essa possibilidade”.

Suplicy pede metas contra a miséria

Projeto apresentado pelo senador prevê a criação da "linha oficial de pobreza", que serviria de parâmetro para aumentar o padrão de renda da população

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de lei instituindo no Brasil a "linha oficial de pobreza" – o padrão de rendimento anual mínimo necessário para que uma família ou uma pessoa possa suprir suas necessidades vitais. O projeto propõe que o governo federal estabeleça metas para a erradicação progressiva da pobreza. Em defesa de sua proposta, Suplicy afirmou que "a construção de uma linha de pobreza fornecerá uma referência na análise da extensão da miséria no Brasil e na consecução e orientação das políticas sociais".

De acordo com o projeto, a linha oficial de pobreza será estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Com a proposição, o parlamentar quer cumprir o artigo 3º da Constituição, segundo o qual um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

O projeto determina que o presidente da República, por ocasião de sua posse, deverá "estabelecer metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades sócio-econômicas ao longo do seu governo". As metas deverão ser expressas em números.

A redução da linha de pobreza orientará a elaboração dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos planos e programas nacionais. O presidente da República que estiver no exercício do cargo du-

rante a aprovação da lei terá 30 dias para apresentar essas metas ao Congresso.

Na justificativa do projeto, Suplicy usa as palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso. No discurso de posse do seu primeiro mandato, ele afirmou que ninguém duvidasse de que, se fosse preciso, acabaria com o privilégio de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros. Na segunda posse, disse que "pouco vale ao país ser a oitava economia mundial se continuarmos os primeiros na desigualdade social".

Eduardo Suplicy cita dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, mostrando que a distribuição de renda no país não aumentou de 1996 para 1997. O índice de Gini, que qualifica a concentração de renda (quanto mais próximo de 1, maior a concentração), passou de 0,575, em 1992, para 0,588, em 1997.

Segundo o senador, os rendimentos dos 10% mais pobres da população caíram de R\$ 61 mensais, em 96, para "irrisórios" R\$ 58 ao mês, um ano depois. Na outra ponta, a faixa dos 1% mais ricos, eles passaram de R\$ 7,066 mil mensais em 1996 para R\$ 7,068 mil, em 1997.

Ele diz que vários países do mundo instituíram uma linha de pobreza. Nesses países, afirmou, "observou-se a formação de uma consciência maior sobre a miséria". Suplicy citou o exemplo da Irlanda, onde a "Estratégia Nacional contra a Pobreza" estabeleceu que o número de pobres deveria ser reduzido de 9% a 15% para 5% a 10% no ano seguinte.



Eduardo Suplicy

Lobão propõe programa nacional de bolsas de estudo

Projeto de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) cria o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, com o objetivo de custear os encargos educacionais legalmente cobrados por instituições de educação básica confessionais, comunitárias ou filantrópicas, em benefício de estudantes com renda familiar anual que não ultrapasse os limites de isenção do Imposto de Renda.

De acordo com o projeto, os recursos públicos federais destinados às bolsas de estudo deverão ser previstos no Orçamento da União. O Executivo estabelecerá o valor anual de cada bolsa de estudo, com base na média dos preços praticados pelas escolas privadas de educação básica.

Quanto à seleção de candidatos a bolsistas, o senador estabeleceu no projeto que será dada preferência aos residentes de municípios onde houver maior falta de vagas ou de cursos regulares da rede pública. A seleção será feita por órgão competente do Executivo, por meio de formulários preenchidos



Edison Lobão

pelos candidatos.

Nenhuma escola poderá cobrar dos bolsistas qualquer contribuição a título de complementação da anuidade, mesmo que o valor da bolsa seja inferior ao da anuidade.

Edison Lobão justificou o projeto afirmando que ele atende aos princípios constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). "A Constituição exigiu que os recursos para bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio fossem destinados exclusivamente para escolas confessionais, comunitárias ou filantrópicas", observou. O senador acrescenta que a LDB manteve essa regra.

– A importância das bolsas de estudo para a educação básica é inquestionável, principalmente na conjuntura econômica atual, em que o número de desempregados tem aumentado consideravelmente e a classe média tem tirado seus filhos das escolas particulares e passado para as públicas – argumenta Edison Lobão.

Jucá sugere selo para produtos que incentivam a violência

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto de lei propondo a criação de um selo para advertir os consumidores sobre produtos que possam incentivar a violência. De acordo com a proposta, brinquedos, fogos de artifício, roupas e outros que possam "desenvolver atitudes de caráter nocivo ao comportamento social por parte de seus usuários" devem receber um selo com a frase "Este produto incentiva a violência".

– A onda de violência que assola o país tem crescido de maneira alarmante devido, em grande parte, à propaganda e venda maciça de produtos que, aparentemente, se destinam à diversão e ao lazer, mas que trazem um potencial enorme de incitação a atos nocivos, principalmente porque são dirigidos a crianças e adolescentes – afirmou Jucá ao justificar seu projeto de lei.

De acordo com a proposta, a advertência sugerida também deve estar expressa em filmes veiculados por

televisão ou outro meio de comunicação, em matéria publicada pela imprensa escrita ou em propaganda de produtos que possam incentivar a violência.

– Melhor que censurar previamente, o que vem sendo cogitado é criar o selo de advertência, à semelhança dos já existentes em relação às bebidas alcoólicas e ao tabaco – declara Jucá.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo. Se a proposição for aprovada, o Poder Executivo terá prazo de 60 dias a partir da publicação da lei para regulamentar o selo e as indústrias disporão de um ano para se adaptar às novas regras.



Romero Jucá

Projeto de Alcântara obriga a divulgar candidatos a vice

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pretende tornar obrigatória, na propaganda eleitoral dos candidatos a presidente, governador, prefeito e senador, a referência aos respectivos candidatos a vice e suplentes. Segundo Alcântara, a medida é importante para que o eleitor saiba quem são os substitutos dos mandatários escolhidos.

– O eleitor precisa saber quem são esses candidatos, uma vez que podem assumir a condição de titulares daqueles importantes cargos, por vezes em razão de vacância ainda no começo do mandato, e, no caso do Senado, assumir mandato cuja duração é de oito anos – justifica Lúcio Alcântara.



Lúcio Alcântara

A proposta do senador acrescenta artigo à lei eleitoral de 1997 e prevê ainda multa entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil para quem não incluir referência aos respectivos candidatos a vice e a suplentes em qualquer forma de propaganda veiculada em qualquer meio de comunicação.

No projeto de lei, Alcântara remete a regulamentação da lei ao Tribunal Superior Eleitoral. Como toda lei eleitoral, essa também só poderá ser aplicada na eleição que ocorrer depois de um ano de sua vigência. A matéria será decidida em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Távola quer data para homenagear o "choro"

A importância do choro, como forma musical autêntica do Brasil, e do compositor Pixinguinha pode ser reconhecida com a instituição do "Dia Nacional do Choro", proposto pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ) em projeto de lei apresentado ao Senado. A data escolhida por Távola foi 23 de abril, dia do nascimento de Pixinguinha, pseudônimo de Alfredo Rocha Viana Júnior.

– Considerado um dos maiores expoentes da música popular brasileira, o saxofonista, maestro, compositor e arranjador Pixinguinha

conferiu os contornos definitivos ao choro – afirma Artur Távola.

Na justificativa do projeto, o senador faz um histórico desse gênero musical. Segundo ele, o choro nasceu no Rio de Janeiro e teve origem na adaptação que músicos fizeram sobre as partituras das polcas, mazurcas e *schottische*, ritmos comuns nos salões da burguesia carioca e da nascente classe média da época. Foram esses músicos, em geral negros ou mestiços, que, segundo Távola, acrescentaram a cadência africana e o sentimentalismo da música portuguesa.

– O resultado foi uma execução "chorosa" daquelas peças musicais e o conseqüente nascimento de um novo gênero – analisou o senador pelo Rio de Janeiro.

O senador afirma que foi sob a batuta de Pixinguinha, a partir de 1910, que o choro ganhou a forma atual, e, desde então, o compositor tem sido ligado "à mais importante safra de compositores da música popular brasileira". Por isso, Távola acredita que é justa a escolha do dia em que nasceu o mestre Pixinguinha como uma data a ser nacionalmente comemorada.

– Sem nunca ter deixado de ser um dos mais inspirados momentos da nossa música – disse Távola –, o choro, especialmente de uns tempos para cá, tem sido objeto de grande valorização por parte tanto dos maiores instrumentistas do país quanto das rodas de choro que se multiplicam nas noites e nas casas de espetáculo.

A proposta pode ser aprovada já na primeira reunião a ser realizada nesta legislatura da Comissão de Educação, que tem competência para decidir sobre a matéria, sem a necessidade de passar pelo plenário do Senado, exceto se houver recurso em contrário.



Artur da Távola